



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE
REGIONAL E ENSINO DE GEOGRAFIA

CURRÍCULO DE GEOGRAFIA E CONTEMPORANEIDADE:
COMO FICA A QUESTÃO DA REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO
BRASILEIRO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO?

Bárbara Cardinale Policarpo Costa

CAMPINA GRANDE- PB

2017

Bárbara Cardinale Policarpo Costa

**CURRÍCULO DE GEOGRAFIA E CONTEMPORANEIDADE:
COMO FICA A QUESTÃO DA REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO
BRASILEIRO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Unidade Acadêmica de Geografia, do Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Especialista em Análise Regional e Ensino de Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias

CAMPINA GRANDE- PB

2017

**CURRÍCULO DE GEOGRAFIA E CONTEMPORANEIDADE:
COMO FICA A QUESTÃO DA REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO
BRASILEIRO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO?**

BÁRBARA CARDINALE POLICARPO COSTA

Data da Defesa: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Paulo Sérgio Cunha Farias
(Orientador - UAEd/UFCG)

Prof.º Dr.º Sérgio Luiz Malta de Azevedo
(Examinador - UAG/UFCG)

Prof.º Dra. Sonia Maria de Lira
(Examinadora - UAG /UFCG)

*A minha Avó, M^a da Conceição Policarpo.
A minha Mãe, Fairuz Policarpo.
Ao meu Pai, Adriano Gomes Leal.
A minha irmã, Bruna Cardinale Policarpo
com amor,*

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, por todo discernimento concedido a mim para permanecer firme nessa caminhada, por me fazer vivenciar tamanha fé, por tamanho amor com essa filha.

A minha mãe e minha avó, por cada palavra de incentivo, por aceitarem meus momentos, minhas aflições, meus estresses, por compreenderem minhas ausências como filha e neta, por me acompanharem a cada passo dado e por serem para mim os maiores exemplos de mulher.

Ao meu pai por todo companheirismo, aprendizado e amor.

A minha irmã, Bruna Cardinale Policarpo, te amo minha “tumblr”.

Ao meu orientador, Paulo Sérgio Cunha Farias, por ser meu condutor ao longo desse processo, pelas palavras amigas, pelos conselhos, pela paciência aos meus tropeços, pela grandiosa contribuição, por todo apoio, dedicação e compreensão.

As minhas amadas florzinhas, Elânia Daniele e Graciele Mousinho, não poderia deixar de lembrar vocês, amigas amadas da graduação para a vida.

As amigas que a especialização me proporcionou, Annamaria, Theogna, Paulinha, Leticia, Marcela, Valeria, Gorete, muito obrigada pela amizade de vocês.

A Annamaria, uma supermulher maravilha com quem aprendo constantemente, a sua força me encanta.

A minha prima, Jeniffer Policarpo, por ser luz na minha vida.

Aos demais companheiros do curso de especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia da UFCG.

Aos professores do Curso de Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia da UFCG.

À Unidade Acadêmica de Educação – UAEd da UFCG, por acolher as orientandas do Profº. Paulo Sérgio.

Aos amigos da Pro – Reitoria Administrativa da UFCG, em especial a Sergivaldo, Aline e Márcia, por todo incentivo e torcida.

A Sergivaldo Souza, obrigado por me mostrar a força que temos dentro de nós, sua demonstração de fé perante tantas situações, sua amizade, o grande homem que você é me torna uma pessoa cada vez mais humana.

A Banca Examinadora Convidada.

A todos que contribuíram para essa conquista.

O meu muito Obrigado!

RESUMO

A abordagem regional sempre esteve presente nas elaborações curriculares da Geografia Escolar. Na contemporaneidade, o processo de Globalização e as mudanças que foram promovidas na educação brasileira, que visaram adequá-la a esse processo, materializaram-se nas propostas curriculares nacionalmente unificadas para o Ensino Médio, cuja expressão são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), nos quais se incluem a Geografia Escolar. Partindo dessa premissa, as questões que guiam este estudo são: Como fica a questão da abordagem regional do espaço brasileiro no ensino de Geografia no contexto da globalização? Com a Globalização, o conceito de região desaparece dos currículos da Geografia ensinada no Ensino Médio? Se o conceito desaparece, quais as implicações para a formação dos alunos brasileiros nessa etapa do ensino básico? Que proposta de regionalização melhor deve ser ensinada nas escolas frente aos processos do mundo contemporâneo? Para respondermos essas interrogações nos valemos das metodologias da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, que tomaram o PCN de Geografia para o Ensino Médio como documento de análise. Por outro lado, ao tecer reflexões no campo da teoria e dos conceitos que estruturam esse documento, o estudo se constitui como uma abordagem de pesquisa qualitativa. Como resultado final, a investigação revelou que, na proposta curricular de Geografia dos PCN para o Ensino Médio, o conceito de região não aparece e, conseqüentemente, não se propõe uma regionalização do espaço brasileiro. Assim, o documento parece aceitar a ideia de que as regiões se dissolvem frente ao processo da Globalização. Por fim, isso traz prejuízos enormes para a formação dos estudantes, uma vez que se compreende que a região, mesmo com a globalização, não desaparece e se manifesta, muitas vezes, em outras categorias de análise utilizadas pela Geografia. Por outro lado, salienta-se que a Globalização não é capaz de homogeneizar todo o espaço. Ao contrário, ela sobrevive e reforça as diferenciações espaciais, o que torna a região e a regionalização mais que atuais na contemporaneidade.

Conceitos- Chave: Globalização; Currículo; Região; Espaço Brasileiro; Geografia Escolar; PCN; Ensino Médio.

ABSTRACT

The regional approach has always been present in the curricular components of School Geography. With Globalization and the resulting challenges in Brazilian education, there have been changes in the nationally unified curricular proposals for High School, whose expression is the National Curricular Parameters (NCP), which includes School Geography. In this sense, the main questions in this study are: How does the regional approach of the Brazilian space in the teaching of Geography in globalized world? With Globalization, the concept of region disappears from the curricula of Geography taught in High School? If the concept disappears, what are the implications for the training of Brazilian students? Which regionalization proposal is best suited to the processes of the contemporary world in schools? In order to answer these questions, we use the methodologies of bibliographic research and documentary analysis, which took the NPC of Geography for High School as a document of analysis. In the theoretical conceptual framework, the study constitutes a qualitative research approach. As a final result, the investigation revealed that, in the curriculum proposal of Geography NCPs for High School, the concept of region does not appear and, consequently, does not include a regionalization of Brazilian space. In this way, the document legitimizes the idea that regions do not remain in the face of the Globalization process, which is a loss for Brazilian students. On the contrary, it is verified that the region, although mitigated nowadays, does not disappear and is manifested in other categories of analysis. On the other hand, it is emphasized that Globalization is not able to homogenize the whole space. Actually, It reinforces the spatial differentiations, which makes the region and regionalization more present in contemporaneity.

Key Concepts: Globalization; Curriculum; Region; Brazilian Space; School geography; NCP; High school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Divisão Regional a partir de critérios naturais.....	18
Figura 02: Regionalização do Brasil apresentada por Fábio Guimarães.....	20
Figura 03: Divisão regional proposta por Paul Vidal de La Blache.....	22
Figura 04: Divisão Regional Hipotética da nova Geografia.....	24
Figura 05: Representação do Território Brasileiro Polarizado e sua área de influência.....	25
Figura 06: Regionalização Socioeconômica dos países do Sul e países do Norte.....	29
Figura 07: Divisão Regional proposta por Pedro Pinchas Geiger.....	30
Figura 08: O Mundo visto a noite na escala do Planeta.....	32
Figura 09: Os Quatro “Brasis” apresentado por Milton Santos.....	33
Figura 10: Divisão Regional do Território Brasileiro.....	41
Figura 11: Regiões Geoeconômicas ou Complexos Regionais.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Conceitos e Concepções Norteadoras apresentadas pelos PCNEM.....	45
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PROLICEN – Programa de Apoio as Licenciaturas

PIBID – Programa Institucional de Iniciação à Docência

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

PCNEM- Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
I- OS CONCEITOS DE REGIÃO NA GEOGRAFIA	15
1.1 - A região natural.....	17
1.2 - A região geográfica.....	20
1.3–A região homogênea e a região polarizada.....	23
1.4 – Geografia humanística e a região do espaço vivido.....	26
1.5 - As propostas de regionalização da Geografia crítica.....	28
II- CURRÍCULO E REGIÃO NA GEOGRAFIA ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	35
2.1 O que é o Currículo?.....	35
2.2 O Conceito de Região no Currículo da Geografia Escolar	38
III – A REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO NOS PARÂMETROS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO.....	43
3.1 – Os Parâmetros Curriculares.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão, intitulado “**Currículo de Geografia e Contemporaneidade: Como fica a questão da regionalização do espaço brasileiro no contexto da Globalização?**”, problematiza o trato da regionalização do espaço brasileiro dentro do processo de Globalização nas propostas curriculares nacionais para o Ensino Médio e as implicações dessa nova configuração no ensino da Geografia.

Diante disso, a problemática da pesquisa se assenta nas seguintes questões: Como fica a questão da abordagem regional do espaço brasileiro no ensino de Geografia no contexto da globalização? Com a Globalização o conceito de região desaparece dos currículos da Geografia ensinada no Ensino Médio? Se o conceito desaparece, quais as implicações para a formação dos alunos brasileiros no Ensino Médio? Que proposta de regionalização melhor deve ser ensinada nas escolas frente aos processos do mundo contemporâneo? Portanto, eis o elenco de questões que nortearão a pesquisa que se pretende realizar na perspectiva de analisar o currículo da Geografia Escolar na contemporaneidade que se configura como o período da chamada globalização.

No que se refere à Geografia enquanto disciplina escolar, esta tem sido alvo de diversas discussões ao longo do tempo de sua institucionalização como matéria a ser ensinada nas escolas brasileiras, processo esse em que ocorrem novas reformulações nos conteúdos, nos objetivos do ensino, nas práticas pedagógicas, nos aspectos teórico-metodológicos dessa disciplina. Dentre essas reformulações, focaliza-se o conceito de região nessas novas propostas de currículo escolar, porém, sem perder de vista a outras categorias de análise da Geografia introduzidas no documento que se propõe a ser o guia para a elaboração de currículos em todo o território nacional (os PCN de Geografia para o Ensino Médio).

A eleição do tema se deu a partir das experiências vivenciadas na pesquisa para a elaboração do trabalho de conclusão do curso de graduação, requisito obrigatório do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, no qual tratamos do Nordeste brasileiro no livro didático de Geografia; na participação em programas institucionais, como o Programa de Apoio as Licenciaturas (PROLICEN) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e nas atividades desenvolvidas durante o período dos Estágios Supervisionados. Tais experiências serviram de pressupostos para adentrar no universo da Geografia Escolar e aguçar a nossa curiosidade sobre a temática regional no ensino dessa disciplina.

Partindo dessa problemática, o objetivo geral da nossa pesquisa é o de investigar como fica a abordagem regional do espaço brasileiro no contexto da globalização no currículo escolar de Geografia do Ensino Médio. Arelados ao objetivo geral, os objetivos específicos dessa investigação são: realizar uma análise histórica do conceito de Região no currículo escolar de Geografia; identificar como ocorre o processo de apropriação do conceito de Globalização no currículo escolar da mencionada disciplina e Compreender como a apropriação do conceito de Globalização interfere na abordagem regional no ensino de Geografia.

Buscando responder as questões levantadas e a atingir os objetivos propostos nesse trabalho de investigação, optamos por dois tipos de pesquisa: a bibliográfica e a documental.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para o referido autor (op. cit., p. 44), “Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.” No caso desse estudo, esse tipo de pesquisa nos guiou na elaboração das análises dos conceitos de região na Geografia e os desdobramentos deles no ensino da regionalização do espaço mundial e brasileiro. Além disso, serviu de suporte para as análises das regionalizações do espaço brasileiro no currículo da Geografia Escolar ao longo da sua história no ensino.

A pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica. A “diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (op. cit. p. 45). No nosso estudo, a metodologia da pesquisa documental foi fundamental para dar o tratamento analítico ao PCN de Geografia do Ensino Médio, no intuito de revelar como esse documento aborda a questão da regionalização do espaço brasileiro e qual conceito de região fundamenta essa regionalização no atual período da globalização.

Tais procedimentos de pesquisa foram essenciais para a sistematização dos dados, teorias, conceitos e informações, o que nos velou aos aportes da pesquisa qualitativa. Essa modalidade de pesquisa, segundo Marconi e Lakatos (2011, p.269), preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a

complexidade do comportamento humano. Por isso, fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento. Nosso estudo buscou averiguar os aspectos mais conceituais e teóricos da presença ou não do conceito de região nos PCN de Geografia para o Ensino Médio, logo se fundamentou nessa abordagem de pesquisa.

Quanto à estrutura do corpo desse trabalho, além da introdução, encontra-se dividida em três capítulos e, por fim, as considerações finais. No capítulo I, intitulado como **“Os Conceitos de Região na Geografia”**, abordamos o conceito da região nas escolas geográficas, além das influências de tais conceitos nas análises regionais e nas regionalizações do espaço brasileiro. No capítulo II, denominado **“Currículo e Região no Ensino da Geografia do Ensino Médio”**, apresentamos as composições curriculares da Geografia Escolar e como os conceitos de região aparecem nelas. O terceiro e último capítulo, nomeado **“O conceito de Região nos Parâmetros Curriculares de Geografia para o Ensino Médio”**, tratamos diretamente de analisar o nosso objeto de estudo, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), com o intuito de desvendar que regionalização é apresentada para o espaço brasileiro e qual o conceito que a fundamenta. Por fim, nas **considerações finais**, traçamos nossas conclusões e breves considerações sobre a temática tratada nesse estudo.

I. OS CONCEITOS DE REGIÃO NA GEOGRAFIA

A palavra região está presente no conhecimento elaborado desde a Antiguidade, aparecendo como destaque nos estudos sobre as diferenças e os contrastes da superfície da Terra, que foram denominados, pelos gregos, de estudo corográfico, em outras palavras, a descrição do lugar (LENCIONI, 2009, p. 187).

É interessante considerar o histórico referente à definição de região ainda quando o Império Romano estava dividido em unidades territoriais denominadas de Rio, que seria mais precisamente áreas de exercício do ato de governar. Sob esta perspectiva, a região, em primeiro instante, significaria uma área de ação de controle político-administrativo, conceito este que também era utilizado bem antes e que ainda continua sendo utilizado hoje como uma ação prática de controle por parte de um determinado poder. (RUA, *et al*, 1993)

De acordo com o autor supracitado (op.cit.), opondo-se a este conceito, mas não menos antigo, também existe o conceito de região como espaço vivido, o qual trata de uma porção territorial definida pelo senso comum de um determinado grupo social, cuja permanência em um longo espaço de tempo é capaz de estabelecer características como, a de organização espacial, cultural, econômica. Este espaço criado, portanto, vem a se diferenciar dos demais espaços, configurando assim uma dada região.

Ainda sobre as origens do conceito de região, Gomes (2000, p. 50-51) coloca que a denominação região remonta os tempos do Império Romano, quando a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. O referido autor (op. cit.) constata que “alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge, de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial”.

Para Corrêa (1990, p. 22) o termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é um dos mais tradicionais da Geografia, nestes dois casos o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, a aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por diversas áreas entre si. Para ele, a região deve ser vista como um conceito intelectualmente produzido, lógico que há interação da realidade. No entanto, procura-se ir além da sua apreensão em bases

puramente sensoriais, o que torna necessário compreender a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região.

Antes de conceituarmos o que é região, Gomes (2000, p.49) afirma que o mais importante não é estabelecer “uma validade restritiva para este conceito, como se a ciência fosse um tribunal no qual se julgasse o direito de vida ou de morte das noções”. Parece mais conveniente perceber a “existência da noção de região em outros domínios [...], reconhecendo, ao mesmo tempo, a variedade de seu emprego no âmbito da própria ciência e particularmente da Geografia”.

Além disso, Gomes (op.cit., p.50) afirma que a ciência "deve procurar nos diferentes usos correntes do conceito de região suas diferentes operacionalidades, ou seja, os diferentes recortes que são criados e suas respectivas instrumentalidades.” Assim, se deve distinguir as diferentes esferas em que o conceito de região é utilizado, seja no senso comum, na variedade de interpretações que ele possui na Geografia, ou ainda como um termo para outras disciplinas.

A imprecisão do conceito vem fazendo com que o termo região seja utilizado largamente, tanto por economistas como por geógrafos, cientistas sociais, historiadores, dentre outros, sem que seu conteúdo seja muito bem explicitado, e por sua vez, tornando-o um conceito resistente a uma definição fixa. Desta maneira, utiliza-se o termo região tanto para designar uma área onde se localiza certa atividade produtiva, como para uma área com determinadas relações de produção ou uma área com características geográficas específicas, sem contar o uso corrente que é feito do termo regional para designar estadual. Implícito está, sempre que se trata, antes de mais nada, de uma área territorial identificada por um elemento de cada vez, escolhido segundo um critério subjetivo, isto é, conforme a necessidade do pesquisador naquele momento (BREITBACH, 1986, p. 10).

Para Haesbaert (1999, p 19), é importante destacar o grau de abrangência do conceito, que se tornou com certeza o mais pretensioso dentro da Geografia e, talvez por isto mesmo, também aquele que é mais nitidamente reconhecido como um conceito geográfico por outros cientistas sociais. Definir um conceito para região se torna algo bastante complexo, visto que há diferentes conceituações de região, cada uma delas com significado próprio que não devem ser desconsideradas visto que inserem-se de acordo com as correntes do pensamento geográfico.

Por fim, Rua *et al* (1993, p. 215) apresentam o que seria a última e a mais complexa conceituação de região, esta não seria classificada em apenas um conceito,

mas em pelo menos quatro, constituído de repleto repertório teórico, fruto da pesquisa de diferentes pensadores da ciência geográfica que provem da segunda metade do século XIX adentrando o século XX, como veremos a seguir.

1.1 - A região natural

Dentre as quatro escolas geográficas ou paradigmas da Geografia, como assim queiram chamar, a região natural do século XX é a primeira a ser definida. No final do século XIX e durante as duas primeiras décadas do século XX, quando a ciência geográfica foi impulsionada pela expansão imperialista, sendo o determinismo ambiental uma das suas principais correntes de pensamento, a definição de região natural foi entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela combinação ou integração em área dos elementos naturais: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia, dentre outros aspectos. Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são interagentes (CORRÊA, 1990, p. 23-24).

De acordo com Claval:

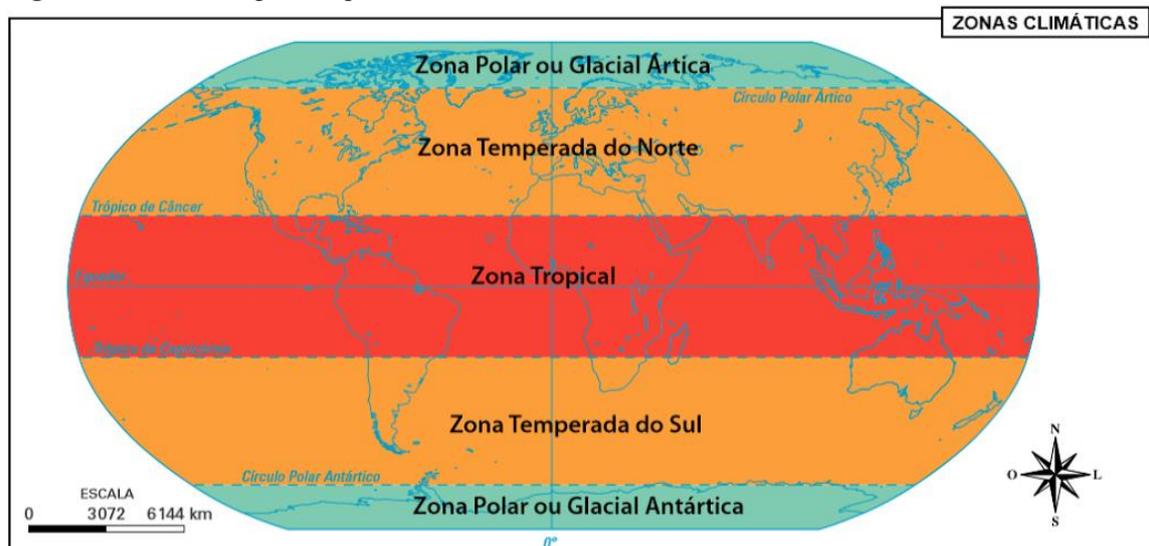
Foi em parte sob inspiração da geologia, pela consideração da região como um elemento da natureza, que surgiu a ideia de região natural [...]. Havia também antecedentes desta concepção na própria Geografia do século XVIII, pois as bacias hidrográficas foram vistas como demarcadores naturais das regiões durante um bom tempo, como ilustra o trabalho de P. Buache de 1752 sobre este tema (CLAVAL, *apud* GOMES, 2000, p. 55).

Sob o determinismo ambiental, a região natural servia de base para explicar as reações do homem às condições naturais, especialmente as climáticas, sendo essa uma das principais características que determinam o comportamento humano, interferindo na sua capacidade de progredir. Embasados nas ideias naturalistas, os geógrafos deterministas afirmavam que o meio tinha uma influência determinante na vida do homem. Dessa forma, defendiam o pressuposto de que:

[...] as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação da temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Cresceriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas meteorológicas mais propícias (CORRÊA, 1990, p. 9).

Como exemplo de recortes regionais fundamentados no conceito em apreço, temos o ilustrado abaixo: (Figura 01).

Figura 01: Divisão Regional a partir de critérios naturais.



Fonte: Atlas Geográfico Escolar. São Paulo: IBEP, 2012.

Fonte: GoogleImagens

Ribeiro (1993, p. 216) ressalta que dentre todos os elementos da natureza, geralmente o clima é o que aparece como sendo o mais significativo, o qual influencia até nos nomes das regiões. Desse modo Corrêa (1990, p. 25) aponta que essa relação entre a regionalização e o clima, “foi e ainda é utilizada como justificativa para o colonialismo, em suas diversas formas (colônias de povoamento e de exploração), e o racismo. Duas das múltiplas e interligadas facetas do então imperialismo”.

No entanto, o autor supracitado também defende que “esses fatores não extraem a importância do conceito para a Geografia e, fundamentalmente, para os referidos estudos sistemáticos dos distintos ecossistemas ou regiões naturais transformadas pela ação do homem ao longo da história” (op. cit., p. 26).

Embora mesmo com essa classificação de região natural sendo definida como uma das que mais abrange complexidade da análise do conceito de região sabe-se que a ciência geográfica é responsável em acompanhar os processos ocorrentes no meio, tendo assim que alternar suas linhas de análises para poder abarcar as necessidades dos objetos de estudo. No entanto, essas alternâncias não diminuem a importância do conceito que ainda é muito utilizado por interessados em desenvolver pesquisas no âmbito dos estudos sistêmicos de cunhos naturais.

Até hoje esse conceito é muito utilizado nos livros didáticos de Geografia como forma de representar a divisão regional no Brasil. Por outro lado, o conceito de região

natural foi o primeiro a ser introduzido como categoria de análise da divisão regional, sendo alicerçada sob a influência francesa, por Delgado de Carvalho, em 1913. É diante do exposto que Fábio Guimarães compreendia sua utilização no Brasil, visando uma divisão de caráter prático e duradouro, aceitando a identificação das regiões naturais propostas por Carvalho, no qual se considerava as regiões naturais como, Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Estas unidades regionais maiores foram divididas em regiões, que por sua vez, foram subdivididas em zonas fisiográficas. (CORRÊA, 1990)

Fábio Guimarães (1948, p. 11) explicou que, para se encontrar exatidão na obtenção dos resultados sob uma análise de um território tão grande como no caso do Brasil, fazia-se necessário estudá-lo a partir de unidades menores, o que seria para ele as regiões naturais.

Assim, como os demais estudiosos, Guimarães (1948, p. 11) viu a região natural naquele momento como sendo o melhor recorte para se estudar a configuração do território, devido ao grau de temporalidade em que as mudanças climáticas ocorriam, possibilitando assim uma maior precisão no objeto a ser analisado, a região.

Diante de tal quadro, a regionalização do Brasil na proposta apresentada por Delgado de Carvalho e aceita por Guimarães se configurava da seguinte maneira: Ver figura 02.

Figura 02: Regionalização do Brasil apresentada por Fábio Guimarães.



Fonte: GoogleImagens

No entanto, Rua (*et al*, 1993) coloca que, no Brasil, a divisão regional é fruto, antes de mais nada, da ação do Estado. Embora tenha havido outras propostas por meio dos profissionais da Geografia no século XIX, somente em 1945 que vem ser criada a primeira divisão regional oficial pelo Conselho Nacional de Geografia. A sua utilização, entretanto, serviu apenas de bases territoriais para a divulgação dos censos de 1950 e 1960 e para o ensino da Geografia nas escolas.

1.2 - A região geográfica

Segundo Corrêa,

A segunda definição de região diante da perspectiva dos paradigmas geográficos seria a de região geográfica, ligada a escola geográfica francesa, também chamada de escola possibilista, quase contemporânea da escola alemã. Em contrapartida, dividindo o contexto temporal com o determinismo ambiental, a Geografia possibilista avalia de modo diferente a região. Não sendo a região natural e sua influência sobre o homem que domina o temário dos geógrafos possibilistas. É, sem dúvida, uma região humana vista na forma da Geografia Regional que se torna seu próprio objeto. (CORRÊA, 1990, p. 27)

Esta região trataria da relação estabelecida entre o homem e o meio, as suas adaptações, criações e recriações da paisagem. Dito isto, “a região geográfica seria entendida como uma extensão territorial, onde as relações entre os fenômenos humanos e naturais lhe dariam uma homogeneidade e uma individualidade” (CORRÊA, op. cit., p. 28).

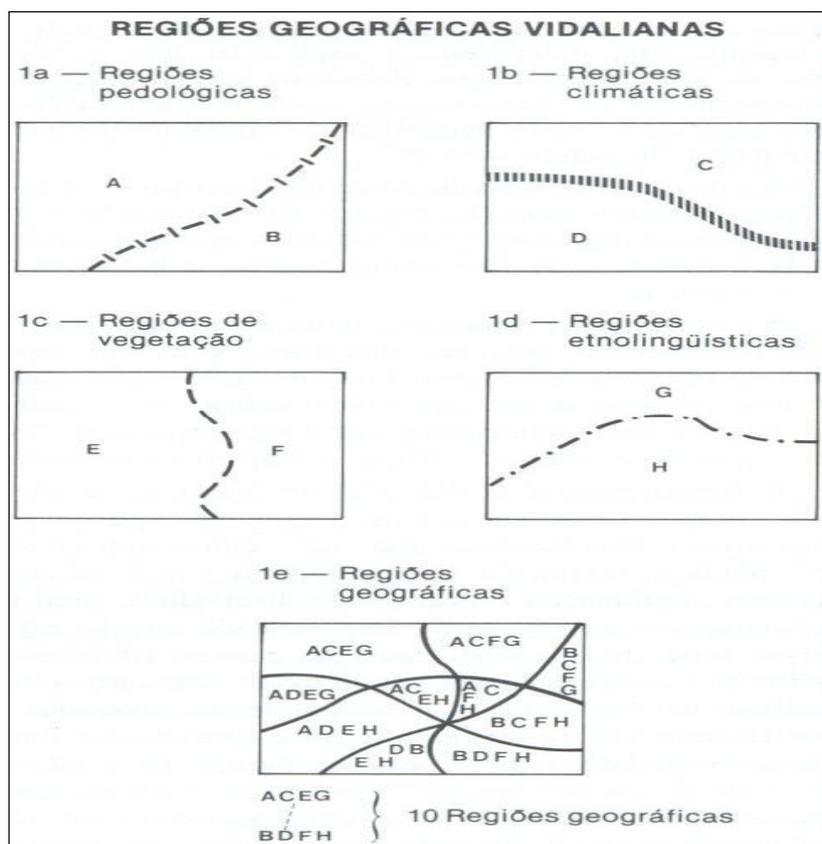
O francês Vidal de La Blache foi o grande expoente desse segundo paradigma. De acordo com Moraes (2007, p.75) a proposta do autor manifestava um tom mais liberal, consoante com a revolução francesa. As críticas ao determinismo dizem respeito ao tratamento das questões políticas, ao seu caráter naturalista, a minimização do elemento humano e a concepção mecanicista das relações entre homens e natureza.

Nessa lógica Gomes apresenta como seria a região de acordo com o do ponto de vista de La Blache:

[...] as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológica e fisicamente pré-constituídas, mas sim como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente [...]. [...] São assim as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que devem ser interrogados para compreendermos uma determinada região. São eles que dão unidade, pela complementaridade, pela solidariedade das atividades, pela unidade cultural, a certas porções do território (GOMES, 2000, p. 56).

Uma possibilidade de regionalizar um espaço a partir desse conceito pode ser visualizada na figura abaixo (fig. 03).

Figura 03: Divisão regional proposta por Paul Vidal de La Blache



Fonte: CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7ª Edição. Editora Ática. São Paulo, 1990.

Corrêa (1990, p. 29) explica essa divisão regional proposta por La Blache atentando que esta exemplificaria o trato dos limites e da individualidade da região. Desta maneira o referido autor descreve que “as figuras 1a a 1d indicam a divisão de um mesmo segmento de terra de acordo com quatro elementos”. Sendo que cada segmento deste possui suas características espaciais ligados a sua própria natureza.

O autor supracitado explica ainda que a partir dessas superposições formam-se 10 regiões, onde cada uma destas acarreta numa combinação singular dos quatro elementos. Desta maneira existiria apenas uma única região à ACEG e uma única outra denominada ACFG, resultando na imagem 1e apresentada acima.

Sendo assim o autor coloca que a partir dessas divisões “constatou-se os elementos humanos passavam a adquirir maior importância que os naturais no processo de gerar as regiões geográficas” (p.31).

No Brasil, fez-se uso dessas zonas fisiográficas para fundamentar a base do conceito de região geográfica proposta por La Blache. De acordo com Corrêa (op. cit.,

p. 32), a aplicabilidade dessa teoria se deu na medida em que se formaram bases territoriais agregadas, que por sua vez originaram resultados dos censos os quais foram divulgados entre 1950 e 1960. Corrêa (op. cit., p.32) continua apresentando que já em 1970 e 1980, os resultados relatavam que as regiões homogêneas se constituíam na tentativa da atualização das zonas fisiográficas, os quais, de forma implícita, adotavam das ideias apresentadas já anunciadas por La Blache, embora havendo exceções tanto nas áreas metropolitanas, como do discurso indicador do paradigma proposto pela nova Geografia.

1.3–A região homogênea e a região polarizada

A terceira definição de região é proveniente do período pós Segunda Guerra Mundial no qual se iniciou o movimento de renovação da Geografia enquanto ciência. Segundo Santos (1986, p. 39), a Geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos após 1950. As modificações vivenciadas a partir do início da segunda metade do século XX, principalmente as inerentes as novas tecnologias desenvolvidas, levaram inúmeros pesquisadores a refletir e buscar novas possibilidades teóricas e metodológicas. Neste momento, os dados estatísticos passam a ser mais importantes do que a observação, as regiões passam a ser criadas em gabinetes, longe da observação do campo, sendo resultantes do agrupamento destes dados.

Para Moraes (2007, p. 103), este momento aponta que a renovação advém do rompimento da grande parte dos geógrafos com os paradigmas tradicionais. Este momento, de acordo com Santos (1986, p. 40), sinaliza que essa nova orientação se caracteriza por não ser apenas diferente, mas também ser oposição à Geografia Tradicional.

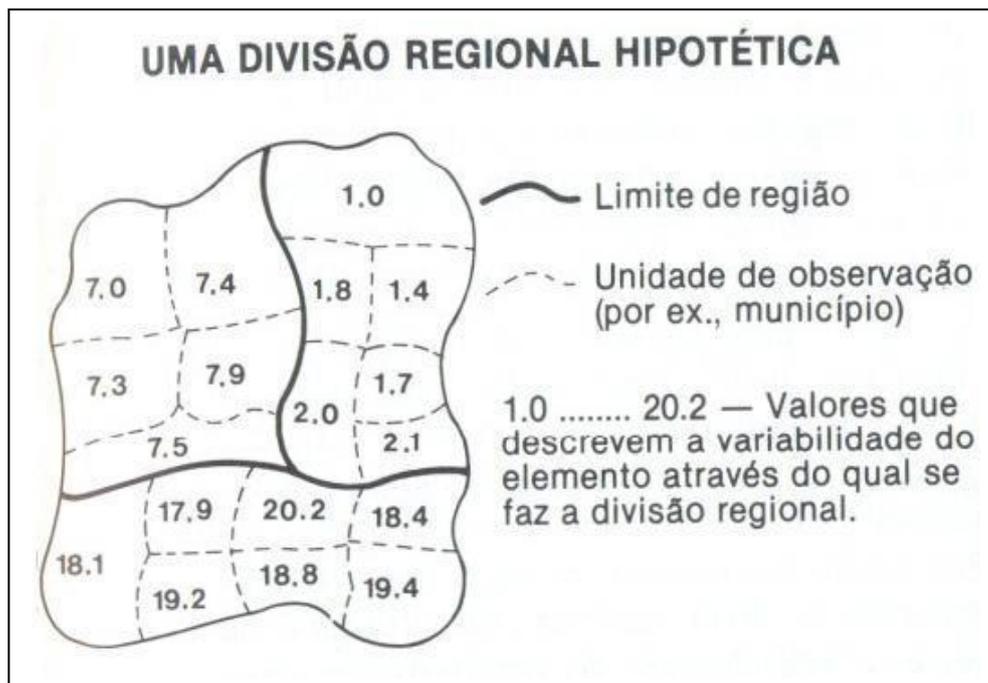
Calcada no Positivismo lógico, a revolução teórico-quantitativa da década de 1950 introduziu profundas modificações na Geografia, e tentando superar as dicotomias e os procedimentos metodológicos da Geografia Regional. A Nova Geografia se manifestou, sobretudo, através da quantificação e da abordagem sistêmica. Para Santos (1986, p. 52), a quantificação ocorreu em razão da procura de uma linguagem matemática para dar cientificismo à Geografia.

Conforme a Nova Geografia, as regiões são definidas estatisticamente e de acordo com os propósitos de cada pesquisador, a quem cabe selecionar os critérios para

uma divisão regional. Dessa maneira, pode-se considerar que são inúmeras as variabilidades das divisões regionais possíveis, visto que são infinitas as possibilidades que o pesquisador tem para definir os critérios que deseja levar em consideração. Nessa abordagem, “a região é uma classe de área, fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrários que possuem justificativa no julgamento de sua relevância para uma certa explicação”. (GOMES, 2000, p. 63)

A divisão regional assim concebida pressupõe uma objetividade máxima, implicando a ausência de subjetividade por parte do pesquisador. A figura 04 procura exemplificar uma divisão regional hipotética. Nela, o território foi dividido em três regiões e em cada uma delas as diferenças internas são muito pequenas, quando comparadas às outras regiões. (CORRÊA, 1990, p. 33)

Figura 04: Divisão Regional Hipotética da nova Geografia



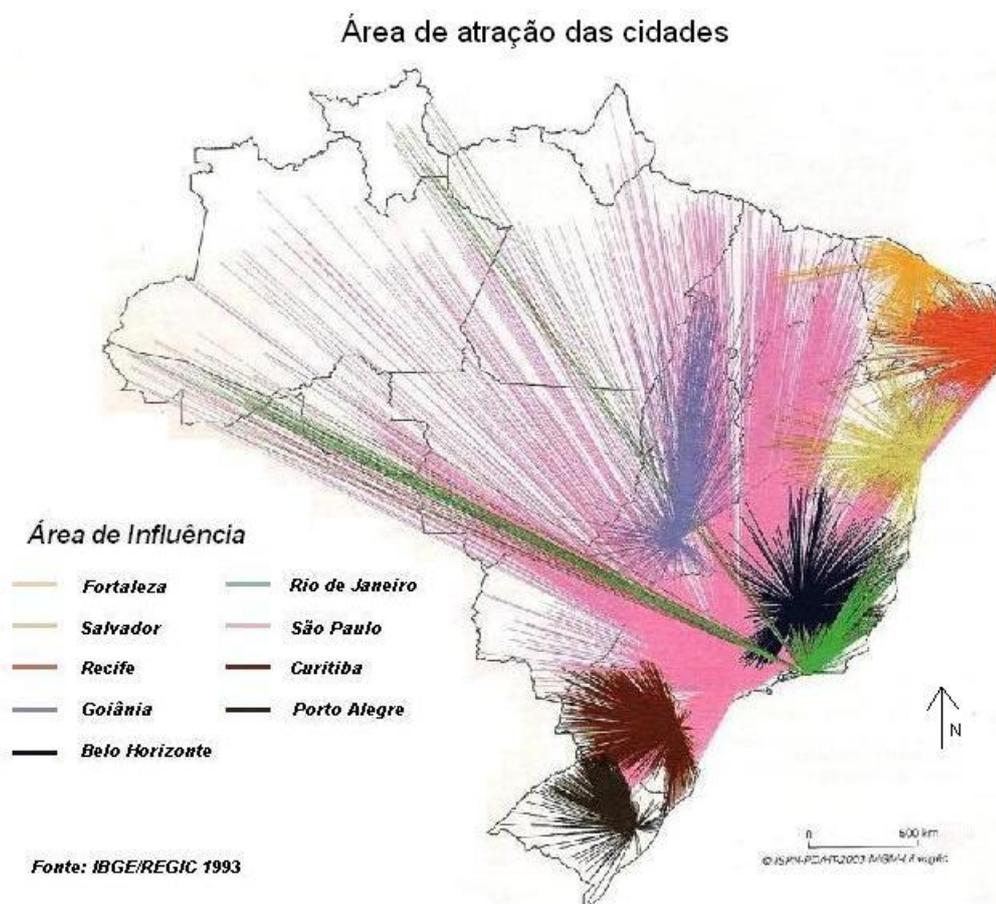
Fonte: CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7ª Edição. Editora Ática. São Paulo, 1990.

Para explicar os propósitos das divisões regionais nesse período dois enfoques são lançados para compreender essas divisões. O primeiro é a Região homogênea, formal ou uniforme que se constitui na extensão territorial definida a partir da agregação de áreas que apresentem características estatísticas semelhantes, como densidade demográfica, níveis de renda da população, entre outros. É “aquela cuja identidade sempre se relacionará com características físicas, econômicas, sociais, políticas,

culturais, entre outras, em uma determinada área” (BEZZI, 2004, p. 136), como ilustra a figura anterior.

O segundo enfoque está pautado nas regiões polarizadas, estas regiões têm por características a sua heterogeneidade ou a falta de homogeneidade em seus subespaços. Gomes (2000, p. 64) coloca que nestas regiões, “a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Grande parte desta perspectiva surge com a valorização do papel da cidade como centro de organização espacial. Desta forma, as cidades organizam sua área de influência, e organizam também outros centros urbanos de menor porte, em um verdadeiro sistema espacial”.

Figura 05: Representação do Território Brasileiro com as suas Regiões



Fonte: brasilb.zip.net

Como mostra a figura acima, as regiões polarizadas são caracterizadas pelo destaque em concentrar maiores funções urbanas como, indústrias, serviços e informações, o que as fazem influenciar vastas áreas. Além disso, essas regiões acabam

exercendo mais influência comercial e regional do que as demais, configurando-se como polos de desenvolvimento com influência regional, nacional e global.

Para Lencioni (2009, p. 141), “a análise da sociedade, cada vez mais urbana e metropolitana, traduziu-se na ideia do espaço como um campo de ação de fluxos. Entende-se que esses fluxos, ao confluírem para uma determinada cidade, acabavam transformando – a num polo regional [...]. Neste sentido, a região se coloca como uma área sob o raio de ação de uma cidade”.

Esses dois conceitos de região apresentam outro ponto em comum, são estáticos, sem alterações no tempo e no espaço, visto que uma vez coletados e analisados os dados estatísticos, consagram-se as regiões para sempre, levando consigo as características daquele momento (CORRÊA, 1990, p.35).

No Brasil, de acordo com Corrêa (1990, p. 40) a nova Geografia desenvolve-se nos Departamentos de Geografia de Rio Claro e de Estudos geográficos propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.

Entretanto, a partir do final da década de 1970 a Nova Geografia e os paradigmas tradicionais são intensamente questionados pelo paradigma que começa a se firmar: a Geografia crítica. Nessa crítica emergem novas perspectivas para a Geografia, nas quais a discussão sobre a região permanece e ganha mais conotações entre as possibilidades de abordagem da região. Por outro lado, surge a Geografia humanística que, apesar de focar o lugar como categoria de análise fundamental, também tratou da região.

1.4 – Geografia humanística e a região do espaço vivido

Outra concepção de região se dá a partir da noção do espaço vivido. Essa formulação do conceito leva em consideração as relações estabelecidas com o lugar onde se habita e que se transforma em campo de significados para os sujeitos. O conceito que antes era formulado a partir de critérios pré-estabelecidos agora segue por outro caminho, também chamado de fenomenologia.

Lencioni (2009, p. 153) trata essa perspectiva fenomenológica como sendo “uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo que a Nova Geografia havia feito desaparecer com seus modelos teóricos. O homem contemporâneo foi colocado como centro das preocupações intelectuais [...], incorporando a dimensão dos valores sociais e culturais”.

A Geografia do espaço vivido procura analisar as relações, as práticas sociais e culturais em sua essência, o que de fato é concebido através das relações humanas, atribuindo valores ao espaço construído a partir da vivência e desconstruindo teorias alicerçadas sob a lógica pragmática.

Santos (1986, p. 67) coloca que a essa perspectiva interpretativa pautada na visão própria de cada indivíduo sobre os lugares tem “implicações no que se refere à interpretação do funcionamento do espaço. Se o espaço não significa a mesma coisa para todos, tratá-lo como se ele fosse dotado de uma representação comum, significaria uma espécie de violência contra o indivíduo e, conseqüentemente, as soluções fundamentadas nessa ótica seguramente não seriam aplicáveis”.

Outra categoria passa a ser analisada a partir da Geografia do espaço vivido, o lugar, sendo esse um conceito base para a consolidação da Geografia do espaço vivido, percebido e concebido. Tuan (1983, p. 198) apresenta o lugar como sendo “um mundo de significados organizados. Sendo essencialmente um conceito estático, se víssemos o mundo como um processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar”.

Diante disso, Lencioni (2009, p. 154) apresenta que essa análise “recuperou a vertente historicista da Geografia, à medida que a região passou a ser considerada como um produto da história e da cultura”. Diante de tal argumento a preocupação seria de compreender como se estabelece o sentimento de pertencimento do homem com uma dada região.

Para a autora supracitada,

A região, como espaço vivido, ultrapassa a ideia de espaço material, pois incorpora valores psicológicos que as pessoas têm em relação à região, não tendo, por isso, limites fixos. [...] Portanto, a análise regional, na perspectiva fenomenológica, não se restringe à investigação geográfica da dinâmica econômica ou da estrutura social. O procedimento de investigação procura ultrapassar o nível socioeconômico, buscando compreender como o homem se coloca em relação à região e, a partir disso, procura analisar os aspectos estrutural, funcional e subjetivo da região (LENCIONI, 2009, p. 155-156).

Visto por um ângulo mais atual, Tuan (1983, p. 202) apresenta diante da sociedade moderna que a relação entre a mobilidade e uma sensação de lugar pode ser muito complicada. Visto que, “com o tempo, a sensação de lugar se estende além das localidades individuais para uma região definida por essas localidades. A região,

compreendida pelo lar, escritório e praia, por exemplo, torna-se por si mesma um lugar, embora não se tenha limites visíveis”.

1.5 - As propostas de regionalização da Geografia crítica

Como já vimos antes, largas são as discussões a cerca dos debates e definições do conceito de região, tornando-o, assim, e como bem colocado por Roberto Lobato Corrêa, um conceito complexo e, por muitas vezes, compreendido como de múltiplas definições. É a partir de questionamentos voltados a esses debates que surge o quarto e último paradigma, a Geografia crítica, a partir da década de 1970, como um novo momento da Geografia. Corrêa (1990, p. 40) apresenta este como sendo o “momento que traz consigo a necessidade de se repensar o conceito de região”.

Também chamada de Geografia radical, a Geografia crítica tinha argumentos de que “a diferenciação do espaço se devia, antes de mais nada, a divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que, ao se reproduzir se distinguia espacialmente entre os possuidores e os despossuídos” (CORRÊA, 1990, p. 65). Sendo assim, a identificação da região deveria se materializar em um objeto que fosse essencialmente produtor do espaço, nesse caso chama-se atenção para a divisão sócio-espacial do trabalho.

Na Geografia Crítica a região é vista como:

(...) uma articulação dos modos de produção, como faz Lipietz; através das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, conforme é o caso de Villeneuve; por meio das relações entre o Estado e a sociedade local, mostradas por Dulong; ou então, introduzindo a dimensão política, conexão de Chico de Oliveira ao fazer a elegia do Nordeste brasileiro (CORRÊA, 1990, p.41).

Antônio Carlos Robert Moraes (2007, p. 103) advoga a crise da Geografia tradicional e a renovação da ciência geográfica como algo positivo para a construção do saber, pois essa é vista como o momento em que os geógrafos irão se abrir a novos debates, a fim de buscar metodologias até então não pensadas antes.

Essa crise é benéfica, pois introduz um pensamento crítico, frente ao passado dessa disciplina e seus horizontes futuros. Introduz a possibilidade do novo, de uma Geografia mais generosa (MORAES, 2007, p. 103).

Fazendo uso dos conceitos do materialismo histórico e da dialética marxista, a Geografia crítica propõe uma preocupação com a fundamentação teórico-metodológica definida e comprometida com a totalidade espacial. Neste sentido, a região poderia ser entendida como uma dimensão espacial das especificidades sociais, ou ainda, sob uma articulação dos modos de produção, determinados historicamente (RUA, *et al*, 1993).

A despeito das contribuições decorrentes da Geografia Crítica, Lencioni (2009, p. 168) chama a atenção para o fato de que “um dos aspectos mais positivos da incorporação do marxismo em relação à temática regional foi o da crítica à fetichização do espaço e aos estudos baseados na descrição e análise das funções regionais”.

Baseada na lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, que cria áreas desenvolvidas dialeticamente, a Geografia Crítica também propõe a regionalização do espaço geográfico sob uma visão socioeconômica. A exemplo temos a figura 06 abaixo, que representa a forma ilustrativa da regionalização fundamentada nessa lei. No entanto, este processo de regionalização apresenta em seu processo de delimitações alguns equívocos visto que, trata estas regiões como sendo possuidoras das mesmas características, desconsiderando os seus contrastes apresentados explicitamente nas suas economias, a exemplo dos países do Norte ou países ditos desenvolvidos.

Figura 06: Regionalização Socioeconômica dos países do Sul e países do Norte



Fonte: GoogleImagens

O mesmo acontece com os países do Sul ou países subdesenvolvidos, cuja economia caminha de forma menos acelerada se comparada aos países do Norte. Entretanto, deve-se enfatizar que ambas as divisões possuem países com economias

desenvolvidas em ritmos diferentes. No entanto, essas divisões possuem a justificativa de que esta seria a melhor maneira para se compreender a dinâmica do espaço – mundo enquanto o seu nível de desenvolvimento social e econômico.

A proposta elaborada para tratar da divisão regional e a regionalização espacial a partir das propostas da Geografia crítica fundamentada na divisão geoeconômica em 1967, incorpora as relações estabelecidas a partir da divisão do trabalho e desconsideram as fronteiras das divisas territoriais (figura 07), reconfigurando a divisão regional e estabelecendo a base da divisão do país em três grandes regiões ou complexos regionais: 01. Amazônia; 02. Centro-Sul e 03. Nordeste. Embora fundamentada entre os anos 60 somente a partir da década de 80 que essa divisão é inclusa nas análises regionais do Ensino Médio onde permanecem até hoje.

Figura 07: Divisão Regional proposta por Pedro Pinchas Geiger



Fonte: Googleimagens.

Portanto, nessa proposta o que se leva em conta são principalmente as fronteiras da industrialização, compreendendo suas mais diversas formas e contrastes. Essa

proposta também desconsidera as fronteiras estaduais, levando em consideração as relações sociais, econômicas, históricas e culturais, dinamizando ainda mais os estudos da produção espacial.

Dentre os vários autores que discutem a região na perspectiva marxista, destaca-se Milton Santos pela sua contribuição à compreensão dessa categoria de análise no âmbito da globalização. Para esse autor (1988, p. 45-49), um dos parâmetros para melhor compreender a região é por meio do modo de produção porque possibilita apreender como uma mesma forma de produzir ocorre em diferentes partes do globo, reproduzindo-se de acordo com suas especificidades regionais. Em sua concepção, o mundo tornou-se uno para atender às necessidades da nova maneira de produzir, que ultrapassa regiões, países, culturas. No entanto, enquanto os processos modernos de produção se espalham pelo planeta, a produção se especializa regionalmente. Assim, “as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização [...] esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas” (SANTOS, 1988, p. 46).

Sendo assim, consideramos então um dos termos mais difundidos nas últimas décadas – sendo, inclusive, um dos mais definidores da sociedade contemporânea, que é o de Globalização. Este termo é normalmente utilizado a propósito de um conjunto de transformações socioeconômicas que tem atravessado as sociedades contemporâneas em todos os lugares do mundo. Tais transformações constituem um conjunto de novas realidades e problemas que parecem implicar acrescidas dificuldades e novos desafios para a sociedade.

Neste contexto, podemos inserir a divisão regional proposta por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro, a divisão regional compreendida do ponto de vista do meio técnico- científico- informacional, que se constitui como a cara geográfica da Globalização. Nessa configuração aparecem os novos “brasis” recriados frente ao processo de desigualdade da distribuição do fluxo do capital e das informações, autorizados pelas diferenças de densidades das técnicas que permitem esses fluxos pelo território nacional e que se combinam com as heranças dos meios geográficos anteriores (o meio pré- técnico e o meio técnico). Desta maneira se agrupam as regiões brasileiras conforme o seu grau de abrangência informacional, tecnológica e de capital. Essa divisão se encontra da seguinte maneira, conforme figura 08.

Figura 08: Os Quatro “Brasis” apresentados por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro



Fonte: GoogleImagens

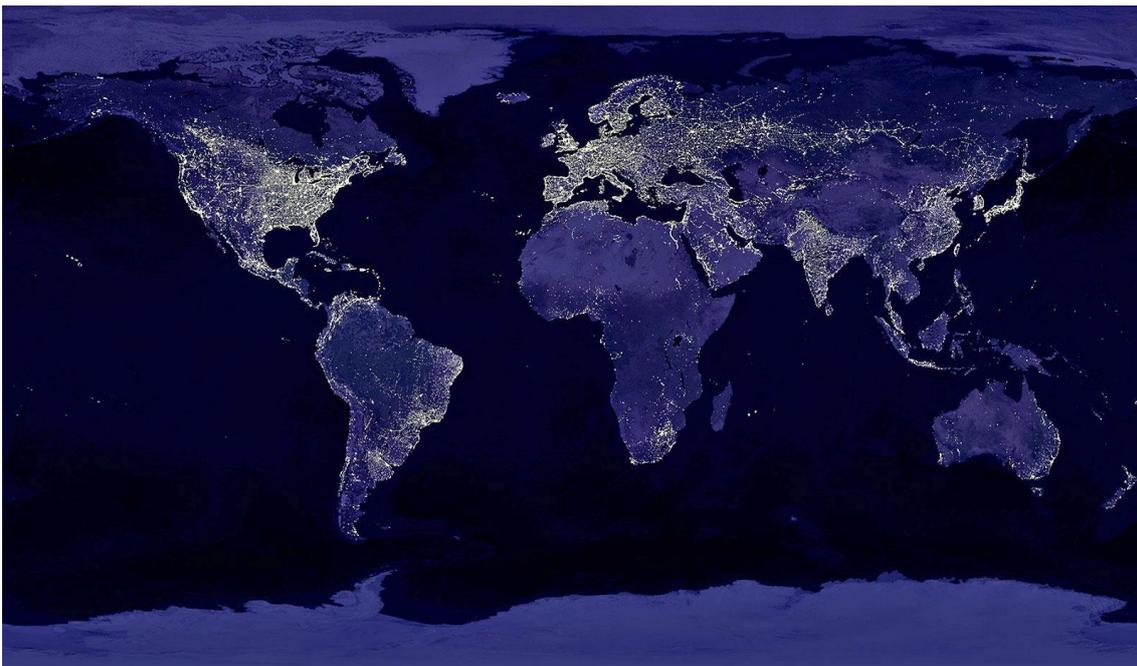
A proposta de Santos e Ribeiro, a qual considera a divisão do Brasil em quatro “Brasis” (figura 08), representa a configuração do território brasileiro frente ao meio “técnico- científico- informacional”. Nela a Amazônia é considerada a região com menos densidade técnica. O Nordeste seria a região com marca histórica por ter sido a primeira região povoada, com algumas atividades mecanizadas se comparada às demais. O Centro- Oeste já engloba uma agricultura globalizada e modernizada. Por fim, a Região Concentrada, com forte e expansivo desenvolvimento industrial e financeiro, concentrando também os maiores níveis no sistema de educação, saúde, lazer e serviços modernos do país. Esta região também concentra fortes relações com os fluxos de mercadorias, capitais e informações, além de apresentar a mais densa e extensa densidade das variáveis do período: técnica, ciência e informação.

Portanto, conforme Graça Filho (2009, p. 42) coloca, “a integração nacional e o capitalismo são forças que pressionam no sentido da dissolução das regiões, em favor

da centralização do espaço econômico pela nação e o sistema mundial ou formação-social”. No entanto, cada região possui a sua especificidade e esboçará uma reação a esse processo da busca pela homogeneização proveniente da relação entre as redes e fluxos de um mundo globalizante. Ou seja, mesmo com essa “homogeneização” em massa provocada pelo processo de globalização às regiões irão se sobrepôr na medida em que essas não se desfazem, de maneira que se recriem para representar as realidades do espaço.

Na escala mundial podemos analisar essas relações e a combinação entre a instalação do meio técnico-científico-informacional e dos outros meios geográficos que podem ser considerados como elementos contribuintes para a diferenciação de áreas para regionalizar o mundo, já trabalhados por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro.

Figura 09: O Mundo visto a noite na escala do Planeta



Fonte: GoogleImagens

Através da figura acima é possível notar o grau de abrangência dos processos que se interligam ao espaço a exemplo da urbanização, do fluxo do capital, das relações de trabalho, das densidades informacionais que, por sua vez, artificializam de maneira desigual o espaço mundial. Sendo assim o hemisfério Norte é onde se estabelecem de forma mais intensa esses processos se comparado ao hemisfério Sul. No caso do Brasil

as regiões que mais se destacam sob essa influência são as regiões do Sudeste, sendo São Paulo e Rio de Janeiro as cidades com maior referência.

Santos (1998, p. 51-52) coloca que a composição quantitativa e qualitativa dos subespaços (aportes de ciência, de tecnologia e da informação) haveria áreas de densidade (zonas luminosas), áreas praticamente desertas (zonas opacas) e uma infinidade de situações intermediárias de acordo com o funcionamento das sociedades em questão, o mapa evidencia materialmente isso.

Como pode- se perceber várias são as formas de regionalizações propostas para o estudo do espaço geográfico, incluindo o brasileiro, cada uma fundamentada em estudos específicos e não menos importantes do que a outra. A discussão do conceito de região não deve ser considerada ultrapassada frente ao discurso global, dado a sua importância na compreensão do espaço geográfico e das dinâmicas estabelecidas por sua influência. Trabalhando sob essa perspectiva a seguir faremos uma breve análise no tratamento das regiões nas composições curriculares para o Ensino Médio.

II- CURRÍCULO E REGIÃO NA GEOGRAFIA ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO

Várias são as discussões geradas em torno do currículo escolar, por este motivo a busca em compreender os seus objetivos e finalidades se torna totalmente necessária para que se possa desenvolver habilidades e competências capazes de suprir as necessidades a âmbito educacional. Neste caso, trabalharemos neste capítulo a análise do currículo, do currículo escolar de Geografia e a composição regional nele presente ao longo do tempo. Isso se torna necessário em vista do objeto do nosso estudo, ou seja, o interesse em investigar como se configura o trato da regionalização brasileira dentro do processo globalizante nas propostas curriculares no ensino de Geografia dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que abordaremos no terceiro capítulo.

2.1 O que é o Currículo?

Primeiramente, precisamos entender que o currículo é tido como uma construção, antes de qualquer coisa, cultural e, por outro lado, esconde uma série de grandes e fortes interesses políticos. Usado em práticas educativas capazes de promover uma série de experiências planejadas pelas instituições de ensino, com as quais se espera que o aluno alcance determinados objetivos. O currículo engloba vários aspectos, sejam estes sociais, políticos, científicos, dentre outros. A complexidade na sua definição, as funções e os métodos dos quais este documento adota provém de cada sistema educativo, ou seja, não é coerente comparar o currículo no ensino obrigatório, uma vez que ele não tem a mesma função de uma especialidade universitária ou profissional. (SACRISTÁN, 2000)

Precisa-se compreender que o currículo ao qual estamos nos referindo não é apenas um conceito e sim uma construção concreta entre o professorado, que adota outro tipo de linguagem pedagógica mais especializada e não tão sistemática. Daí, considerarmos que existe diferença entre o currículo proposto e o currículo praticado. Por outro lado, sua prática aborda vários comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos e se referem também a outros esquemas parciais, tais como racionalidade, crenças, valores, entre outros. Este consiste na organização de uma série de práticas educativas construídas no seu cotidiano que proporciona de forma

consciente e intencionalmente experiências de aprendizado ao aluno, fazendo com que as escolas usem isso com a finalidade de alcançar determinados objetivos.

Mesmo diante das influências exercidas pelas administrações educacionais que tentam controlar o como se deve ocorrer à prática educativa escolar, Rocha (1996, p. 85) mostra que se “o campo do currículo, no passado, foi preponderantemente marcado por uma racionalidade técnica, capaz de reduzir a atividade escolar em processos técnicos, hoje podemos afirmar ser este construto, um artefato social e cultural”.

Schubert (1986, *apud* SACRISTÁN, 2000, p. 14) aponta algumas das funções globais que nos trazem em mente através de imagens o conceito de currículo. Algumas dessas imagens tratam do currículo como conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo. Este documento também pode ser compreendido como resultados na formação profissional. Ligado a fins sociais e culturais que são atribuídos à educação escolarizada, o currículo encontra-se relacionado à instrumentalização que faz da escola um sistema social dotado de conhecimentos educativos. Quando definimos este estamos descrevendo suas funções numa determinada modalidade de ensino, desconsiderando a função do currículo do ensino obrigatório, a exemplo do currículo de especialidades universitárias.

Segundo Gimeno Sacristán:

As funções que o currículo cumpre como expressão do projeto de cultura e socialização são realizadas através de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que cria em torno de si. Tudo isso se produz ao mesmo tempo: conteúdos (culturais e intelectuais e formativos), códigos pedagógicos e ações práticas através dos quais se expressam e modelam conteúdos e formas (2000, p. 16).

O autor ainda complementa que “o currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, o que acaba por lhe dar significado real” (op. cit., 2000, p. 21). Nesta perspectiva, podemos dizer que o currículo escolar define-se também como sendo um dos principais documentos norteadores das práticas educativas dentro das escolas brasileiras, pois o mesmo modela-se de acordo com a cultura de cada escola.

É importante considerar que estamos aqui tratando sobre o currículo oriundo das relações vivenciadas pelo cotidiano dos ambientes educativos. Sabe-se que o currículo oficial, aquele posto como base que deve ser seguido como fonte de obtenção para o “sucesso do alunado” no processo de aprendizagem não ultrapassa a vertente do

conteúdo a ser trabalhado entre as disciplinas, visto que o currículo escolar em si acaba por sua vez se tornando o reflexo da ação prática pedagógica de cada escola. Cada instituição adota a sua modalidade de acordo com a sua escolarização, agregando este documento à instituição de tal forma que venha proporcionar e oferecer oportunidades aos alunos ou a um determinado grupo social.

Para Rocha (1996) o currículo tem se caracterizado como terreno privilegiado dos conflitos interligados no que se refere às questões culturais, nesse contexto Moreira (1994, *apud* Rocha, 1996, p. 87) traz a concepção de que “em uma sociedade dividida a cultura é o terreno por excelência onde se dá a luta pela manutenção ou superação das divisões sociais. O currículo educacional, por sua vez, é terreno privilegiado de manifestação desse conflito”.

Diante disso, para Rocha (1996, p. 88), se nessa intencionalidade existir alguma tentativa governamental na transmissão de uma cultura universal, única a todos e inquestionável como proposta pelos currículos oficiais, será uma tentativa frustrante, levando em consideração que é inviável a absolvição por completa dessa tentativa.

Diante do grau de complexidade apresentado pela teorização do currículo, vários são os métodos utilizados para a adaptação deste no meio de ensino. Considerado como o espelho da ação pedagógica do ambiente escolar e para atender às necessidades das mesmas, é necessário que este documento se submeta a uma série de olhares para que assim possa atender as propostas de reformulações nas suas linguagens, sistematização, abordagem, entre outros. Capazes de abarcar a realidade diária de cada ambiente escolar, o currículo acaba, por sua vez, se tornando um documento vulnerável diante de tal cenário estando considerado em estado crítico.

Silva (1995) vai além, quando coloca que o currículo seria considerado o primo mais podre da teorização educacional,

Quando se pensa e fala em educação, imediatamente se destacam questões de política educacional, de organização do sistema escolar, de financiamento e administração de recursos, às vezes de métodos de ensino e de pedagogia. [...] Discussões sobre currículo só ganham o centro das atenções quando surge alguma proposta de introdução de uma nova disciplina. De resto, o currículo é tomado como algo dado e indiscutível, raramente sendo alvo de problematização, mesmo em círculos educacionais profissionais (SILVA, 1995, p. 184).

Com base nessa afirmação e diante do que foi apresentado anteriormente, somos levados a questionar sobre qual perspectiva de fato o currículo escolar está fundamentado, se, por um lado, este é repleto de intenções subjetivas e, por outro lado,

é considerado como um documento que, quando adaptado a cultura escolar, se torna capaz de refletir as práticas educativas do ambiente escolar.

Para isso Silva (op. cit., p. 200), considera o currículo como sendo “o espaço onde se corporificam formas de conhecimentos e de saber. Como tal, o descaso pelas radicais transformações efetuadas na produção de subjetividades pelas novas mídias demonstradas pelas escolas e pelos/as educadores/as profissionais significa deixar de fora desse espaço formas de conhecimento e de saber que, no entanto, à contra– corrente da escola, estão, na realidade, moldando e formando novas formas de existência e sociabilidade”.

Para Sacristán (2000, p. 15) “o currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas”. Considerando essas definições de currículo, nos debruçaremos sobre o mesmo na prática da Geografia Escolar, atentando para as propostas de regionalização que ele veicula ao longo do tempo, subjacente aos diferentes conceitos de região formulados pela ciência geográfica.

2.2 O Conceito de Região no Currículo da Geografia Escolar

Rocha (1996, p. 88) explica que, embora a Geografia esteja presente durante muitos anos nas grades curriculares oficiais do país e ainda que consolidada enquanto componente curricular, poucas vezes foi alvo de questionamentos profundos que levassem a uma manutenção mais sólida desta enquanto disciplina obrigatória nos currículos brasileiros. Entretanto, desde que surgiu a necessidade em se compreender o espaço geográfico e suas relações, a análise regional se tornou uma das mais importantes categorias do estudo da Geografia enquanto disciplina escolar.

Martins (2004, *apud* TONINI *et al*, 2011) mostra que entre as décadas de 1930 e 1950 a ciência geográfica brasileira passa por uma produção calcada na Geografia Clássica, na qual os estudos regionais é base para o conhecimento detalhado de todo o território brasileiro,

Esse modelo de investigação da Geografia baseado no conceito de *região* tinha fundamento nos estudos de La Blache, que, por meio de estudos de campo limitados a pequenos espaços, investigava a inter-relação dos fenômenos naturais e humanos. (MARTINS, 2004 *apud* TONINI *et al*, 2011, p. 62)

No currículo escolar a Geografia proposta para o Ensino Médio tem por objetivo preparar o aluno para localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade e formular proposições, reconhecendo as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensando e atuando em sua realidade visando a sua transformação.

Perante isso é necessário fundamentar-se em um corpo teórico- metodológico baseado nos conceitos de paisagem, espaço, território, região, rede, lugar e ambiente, incorporando também dimensões de análise que contemplem tempo, cultura, poder, relações econômicas e sociais se referenciando nos pressupostos da Geografia como ciência (BRASIL, 2008). Ao longo da maior parte da história da Geografia Escolar, o ensino valorizou a análise regional como o elemento principal da estruturação dos seus conteúdos, fundamentado principalmente em critérios naturais.

Dentre esses conceitos, e o que aqui está sendo alvo das nossas discussões, o conceito de região na Geografia Escolar é posto como sendo a parte de um todo, “a região, portanto, é parte de um todo, e cada parte apresenta algumas características, do todo. Portanto, regionalizar significa reconhecer o espaço a partir de suas características comuns e de especificidades que o distinguem do todo. A regionalização é feita com base em determinados critérios preestabelecidos” (ALBUQUERQUE *et al*, 2012, p. 28).

Estas regiões, de acordo a autora supracitada, podem ser entendidas a partir de características tanto naturais, como culturais, critérios políticos, administrativos e aspectos socioeconômicos, no entanto, estas não se definem apenas estes critérios, dependendo da sua abrangência a região pode ser compreendida de diversas outras maneiras.

Vlach (2004, p. 191) aponta que no âmbito da escola primaria Manuel Said Ali Ida (1861- 1953), um homem apaixonado em estudar a ciência em livros e na natureza foi o percussor em propor estudar o Brasil pautado no estudo das regiões em um livro didático, sendo a região natural apresentada na figura (02) que seria para ele a resposta da interação entre as afinidades econômicas dos estados em si com as condições geográficas, sendo essa tentativa a representação do marco inicial das discussões de cunho teórico- metodológico que buscava assinalar a Geografia científica no Brasil.

Após a proposta elaborada por Ali Ida e acompanhando as progressões dos paradigmas geográficos outras regionalizações do território brasileiro foram sendo introduzidas nos livros didáticos do ensino básico. Nessas novas propostas da Geografia Escolar o conceito de região é definido a partir de critérios que vão desde as características físicas ou naturais comuns até critérios políticos, econômicos e

administrativos. Algumas dessas divisões regionais foram elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o propósito de dispor de uma base territorial para o levantamento de dados estatísticos, os quais são fundamentais para auxiliar no planejamento de ações administrativas voltadas a cada região do país.

Na Geografia Escolar as propostas de regionalização do espaço brasileiro que chegam às escolas são basicamente duas. A primeira é proposta pelo IBGE, que divide o país em macrorregiões, utilizando como critério as características físicas ou naturais. A segunda, que não é oficial, divide o país a partir de critérios geoeconômicos.

Quanto à primeira divisão, pelo menos desde Delgado de Carvalho, na década de 1930, passando pela divisão regional proposta por Fábio Guimarães, na década de 1940, foi exaustivamente ensinada nas escolas. Tal proposta de regionalização tinha como fundamento salientar a exuberância, a variedade e riqueza do quadro natural brasileiro, condição para construir a familiaridade das crianças e jovens brasileiros, que tinham acesso à escola, com o território nacional. Nessa perspectiva, visava construir o sentimento patriótico ou a identidade nacional do brasileiro. Nesses termos, o ensino da Geografia do Brasil estruturado nesses recortes regionais inspirou-se no positivismo. Por isso, baseava-se em critérios mnemônicos, objetivos, neutros e enciclopédicos de ensino/aprendizagem. Por outro lado, estruturado na perspectiva tradicional de ensino da Geografia, o estudo das regiões se caracterizava pelo caráter dual da abordagem regional, separando o físico do humano. Tudo isso corroborou para que a abordagem da região tivesse só o nome de regional, já que a fragmentação dos dados que a constituía não possibilitava, ao aluno, construir uma visão de conjunto do seu arranjo espacial. Essa divisão oficial, pautada nos critérios citados acima, sofreu algumas modificações tendo sua última versão atualizada no ano de 1990 em virtude da constituição de 1988. Essa também é a divisão mais trabalhada nas salas de aula de todo o país. (Figura 10).

Figura 10: Divisão Regional do Território Brasileiro Segundo IBGE



Fonte: GoogleImagens

A segunda regionalização também trabalhada propõe compreender as dinâmicas desiguais e diferenciadas do território brasileiro. Diferente da regionalização mostrada anteriormente na figura 10, os Complexos Regionais ou Divisão Geoeconômica do espaço brasileiro é uma proposta de regionalização elaborada por Pedro Pinchas Geiger, em 1967. Esta divisão não é considerada como oficial. No entanto, foi e é bastante utilizada nos livros didáticos da Geografia Escolar.

Figura 11: Regiões Geoeconômicas ou Complexos Regionais



Fonte: GoogleImagens

Como mostra a figura 11, essa divisão tem como proposta os critérios socioeconômicos e históricos. Nessa proposta não se leva em consideração a divisão das regiões sob a perspectiva apresentada pelo IBGE, ela divide o país em três grandes unidades, o motivo dessa desconsideração é que as divisas dos estados não coincidem com as dinâmicas econômicas que configura os arranjos espaciais resultantes do processo de industrialização. Essa divisão atualmente seria considerada como uma das mais capazes de explicar a atual configuração regional do território brasileiro. No entanto, a partir dos desdobramentos que marcam o aprofundamento do Brasil no processo da Globalização, é possível se falar em regionalização do espaço brasileiro a partir das propostas curriculares elaboradas a partir de meados da década de 1990 para o Ensino Médio, que se materializou através dos Parâmetros Curriculares Nacionais? É para essa questão que o foco dessa pesquisa se direcionará no próximo capítulo.

III – A REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO NOS PARÂMETROS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

Nesse capítulo o foco das nossas atenções são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) propostos para o ensino da Geografia Escolar do Ensino Médio, que se configuram como a primeira proposta curricular unificada a nível nacional. Para contemplar o nosso objeto de estudo, nesse documento buscaremos compreender as perspectivas de análise quanto à categoria região, tendo os processos históricos contemporâneos e a regionalização do espaço brasileiro como base para essa análise.

3.1 – Os Parâmetros Curriculares

Antes de iniciarmos a nossa discussão referente os Parâmetros Curriculares é interessante ressaltar que até a década de 1980 os Estados da Federação não contava com uma proposta unificada de ensino para todo o país. As propostas curriculares, conhecidas como guias, programas de ensino etc.; a serem praticadas nas escolas eram organizados pelas secretarias de Educação dos Estados e municípios. Os autores dos livros didáticos pautavam-se nessas propostas para elaborar os conteúdos desse recurso de ensino e os apresentavam as secretarias de Educação, para que então chegassem às salas de aulas, para serem utilizados pelos professores, que se constituíam como os únicos detentores dos mesmos, já que não existiam políticas públicas de distribuição do livro didático para os alunos.

No conjunto das reformas educacionais de meados da década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais representaram uma dessas mudanças promovidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que instituiu uma equipe composta por professores universitários para que assim se pudesse pensar uma proposta única para as escolas de todo o país, eliminando a participação dos Estados e municípios na criação de propostas curriculares próprias. (PONTUSCHKA, *et al*, 2009, p. 74)

Segundo as autoras supracitadas (op. cit.) com o objetivo de dá suporte aos professores do ensino fundamental II e médio, os PCN tratam-se de um documento oficial, criado pelo Governo Federal, que busca apresentar subsídios que dão suporte a pratica pedagógica dos professores nas escolas que oferta esses níveis de ensino.

Após inúmeros fóruns e debates acerca da sua função, o que deu origem ao PCN na sua ultima versão é considerado como uma forma de democratização do ensino

básico. Assim, o Governo Federal buscou criar parâmetros para nortear o que e o como ensinar os conteúdos tidos como fundamentais na construção do sujeito enquanto cidadão. No entanto, a proposta elaborada é considerada como base para as práticas pedagógicas, dando ao professor a liberdade de adequar os conteúdos a sua realidade educativa.

Cacete (2013, p. 47) afirma que os Parâmetros Curriculares Nacionais “foram elaborados no bojo de um conjunto de reformas sociais, políticas, econômicas e educacionais implantadas no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, no qual se buscava enquadrar a educação ao contexto das reformas do Estado brasileiro, decorrentes das mudanças impostas pelo processo de reestruturação capitalista e da globalização da economia”.

Essa reestruturação gerou diversas reformulações no campo educacional. Cacete (op. cit., p. 48) nos mostra também que as concepções de políticas públicas têm “obedecido às orientações de organismos multilaterais, sobretudo do Banco Mundial, no sentido em que cabe ao poder central a elaboração e desenvolvimento do currículo”. Atribuindo assim ao Estado o poder de expressar seus interesses através da escola, acompanhando todo esse processo como força de centralização do poder e de seus interesses.

No tocante à disciplina de Geografia, Rocha (2014) coloca que desde a oficialização dos PCN se impõe uma nova Geografia que visa contribuir na configuração de uma nova ordem cultural articulada com as novas formas de sociabilização capitalista e capaz de atender as demandas do mundo contemporâneo.

Para esse documento a importância do ensino da Geografia está relacionada com as inúmeras possibilidades de ampliação dos conceitos geográficos capazes de orientar na formação do sujeito enquanto cidadão. Além disso, a Geografia proposta pelo currículo escolar tem por objetivo organizar os conteúdos que permitam realizar aprendizagens significativas para a compreensão do meio geográfico ao qual o estudante está inserido.

No entanto, para Rocha (op. cit. p. 202) a finalidade do PCN de Geografia não deixa dúvidas sobre qual a Geografia que deve ser ensinada nas escolas brasileiras. Ainda segundo ele, trata-se da Geografia fenomenológica. Continuando a sua digressão, afirma que “o currículo oficial e a Geografia nele prescrita são resultados de uma seleção intencional, cuja finalidade é a de produzir e reproduzir formas de consciência, que tem por sua vez o interesse em manter o controle social”.

Portanto, a ideia de cidadão que se quer formar é a do adaptado a sociedade de mercado, ou seja, o sujeito individual, consumidor e trabalhador.

Dentre as categorias de análises antes propostas pelos currículos anteriores e objeto do nosso estudo, o conceito de região foi sempre apresentado como sendo chave para as análises geográficas, estando este articulado a compreensão do território, da natureza e sociedade, consideradas em suas diferentes escalas de análises, além de permitir a apreensão das diferenças e particularidades no espaço geográfico. .

No entanto, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) para a Geografia, o conceito de região, categoria foco da nossa análise, não está presente, o documento traz como conceitos estruturadores do ensino da Geografia Escolar para esse nível de formação o espaço geográfico, a paisagem, o lugar, o território, a escala e a globalização, as técnicas e as redes. Conforme mostra a figura abaixo:

Quadro 01: Conceitos e Concepções Norteadoras apresentadas pelos PCNEM

Conceito	Concepção norteadora	Elementos de aprofundamento
Espaço geográfico	Conjunto indissociável de sistemas de objetos (redes técnicas, prédios, ruas) e de sistemas de ações (organização do trabalho, produção, circulação, consumo de mercadorias, relações familiares e cotidianas) que procura revelar as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida caminhar. (Milton Santos)	O espaço é perceptível, sensível, porém extremamente difícil de ser limitado, quer por dinâmica, quer pela vivência de elementos novos e elementos de permanência. Apesar de sua complexidade, ele apresenta elementos de unicidade. Interferem nos mesmos valores, que são atribuídos pelo próprio ser humano e que resultam numa distinção entre o espaço absoluto – cartesiano – uma coisa em si mesmo, independente; e um espaço relacional que apresenta sentido (e valor) quando confrontado a outros espaços e outros objetos.
Paisagem	Unidade visível do arranjo espacial, alcançado por nossa visão.	Contém elementos impostos pelo homem por meio de seu trabalho, de sua cultura e de sua emoção. Nela se desenvolve a vida social e, dessa forma, ela pode ser identificada informalmente apenas, mediante a percepção, mas também pode ser identificada e analisada de maneira formal, de modo seletivo e organizado; e é neste último sentido que a paisagem se compõe como um elemento conceitual de interesse da Geografia.
Lugar	Porção do espaço apropriável para a vida, que é vivido, reconhecido e cria identidade.	Guarda em si mesmo as noções de densidade técnica, comunicacional, informacional e normativa. Guarda em si a dimensão da vida, como tempo passado e presente. É nele que ocorrem as relações de consenso, conflito, dominação e resistência. É nele que se dá a recuperação da vida. É o espaço com o qual o indivíduo se identifica mais diretamente.
Território	Porção do espaço definida pelas relações de poder, passando assim da delimitação natural e econômica para a de divisa social. O grupo que se apropria de um território ou se organiza sobre ele cria relação de territorialidade, que se constitui em outro importante conceito da Geografia. Ela se define como a relação entre os agentes sociais políticos e econômicos, interferindo na gestão do espaço.	A delimitação do território é a delimitação das relações de poder, domínio e apropriação nele instaladas. É portanto uma porção concreta. O território pode, assim, transcender uma unidade política, e o mesmo acontecendo com o processo de territorialidade, sendo que este não se traduz por uma simples expressão cartográfica, mas se manifesta sob as relações variadas, desde as mais simples até as mais complexas.
Escala	Distinguem-se dois tipos ou duas visões básicas: a escala cartográfica e a escala geográfica. A primeira delas é, <i>a priori</i> , uma relação matemática que implica uma relação numérica entre a realidade concreta e a realidade representada cartograficamente. No caso da escala geográfica, trata-se de uma visão relativa a elementos componentes do espaço geográfico, tomada a partir de um direcionamento do olhar científico: uma escala de análise que procura responder os problemas referentes à distribuição dos fenômenos.	Para a escala cartográfica, é essencial estabelecer os valores numéricos entre o fato representado e a dimensão real do fato ocorrente. No entanto, essa relação pode pressupor a escolha de um grau de detalhamento que implique a inclusão de fatos mais ou menos visíveis, dentro de um processo seletivo que considere graus de importância para o processo de representação. No caso da escala geográfica, o que comanda a seleção dos fatos é a ordem de importância dos mesmos no contexto do tema que está sendo trabalhado. Há, nesse caso, uma seleção efetiva dos fatos a partir dos diversos níveis de análise, que já se tentou agrupar em unidades de grandeza, o que pode ser discutível.
Globalização, técnicas e redes	O fato gerador é o processo de globalização, que corresponde a uma etapa do processo de implementação de novas tecnologias, que acabaram por criar a intercomunicação entre os lugares em tempo simultâneo. Para sua ocorrência, torna-se fundamental a apreensão das técnicas pelo ser humano e a expressão das redes, que não se restringem à comunicação, mas englobem todos os sistemas de conexão entre os lugares.	A globalização é basicamente assegurada pela implementação de novas tecnologias de comunicação e informação, isto é, de novas redes técnicas que permitem a circulação de idéias, mensagens, pessoas e mercadorias, num ritmo acelerado, criando a interconexão dos lugares em tempo simultâneo.

Para o PCNEM (2000, p 30) a categoria espaço geográfico é considerada como conjunto indissociável dos sistemas de objetos (redes técnicas, prédios e ruas, por exemplo) e de ações, tais como, organização de trabalho, circulação, produção, consumo de mercadorias, etc. Compreendendo as mais diversas praticas dos grupos que nele produzem.

A categoria paisagem, para esse documento (op. cit., 2000, p. 32) compreende o conceito como uma unidade visível de arranjos perceptível aos olhos. Para este, “a paisagem tem caráter social, constituída de movimentos impostos pelo homem através da sua cultura, do seu trabalho e da sua emoção”. No entanto, necessita ser organizada espacialmente para se tornar de fato um dado geográfico, apreendendo isso já estaremos trabalhando um fenômeno de essência geográfica.

A categoria lugar, para o PCNEM (2000, p. 33), é definida numa dimensão prático- sensível ligado diretamente com a identidade do individuo, este também possui densidade técnica, comunicacional, informacional e normativa. É no lugar que ocorrem as relações de consenso, conflito, dominação e resistência, “é à base da reprodução da vida, da tríade cidadão- identidade- lugar, da reflexão sobre o cotidiano, em que o banal e o familiar revelam as transformações do mundo e servem de referência para identificá-las e explicá-las”.

Ao buscar compreender a categoria território esse documento mostra que “a constituição cotidiana de territórios tem como base as relações de poder e de identidade de diferentes grupos sociais que os integram, por isso, eles estão inter- relacionados com os conceitos de lugar e região”. (BRASIL, 2000, p. 54). Ao articular o conceito de região ao de território, o documento não evidencia de que região fala.

O conceito de escala passa a agrupar o sentido do conceito de espaço. Na atual contemporaneidade “a escala é uma estratégia de apreensão da realidade. Portanto, é importante compreendê-la não apenas como problema dimensional, mas também fenomenal, na medida em que ela é um instrumento conceitual prioritário para a compreensão da articulação dos fenômenos”. (BRASIL, 2000, p. 30)

Já o conceito de Globalização, técnicas e redes, vem justificado como as melhores categorias de análise do mundo global. Segundo o documento:

É necessário ter clareza que a globalização é um fenômeno decorrente da implementação de novas tecnologias de comunicação e informação, isto é, de novas redes técnicas, que permitem a circulação de ideias, mensagens, pessoas e mercadorias num ritmo acelerado, e que acabaram por criar a interconexão entre os lugares em tempo simultâneo. Neste processo, teve papel destacado a instalação de redes

técnicas, incluindo-se a indústria cultural, a ação de empresas multinacionais e a circulação do capital, que intensificaram as relações sociais em escala mundial, interligando localidades distantes, de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos a milhares de quilômetros de distância. (BRASIL, 2000, p. 33)

No que se refere às técnicas, o documento (op. cit., 2000, p. 33) menciona que devemos,

[...] compreender a importância do papel das inovações tecnológicas na esfera da produção de bens e serviços, engendrando novas formas de organização social no trabalho e no consumo, criando novos arranjos espaciais. Outra face da revolução tecnológica são as novas formas de apropriação da natureza, tais como as expressas na biotecnologia, em que a detenção do conhecimento e do domínio técnico são também um instrumento de poder que afeta os grupos sociais e exige modificações na organização espacial existente. (BRASIL, 2000, p. 33)

No plano do ensino da Geografia, dentre os conceitos agora pré- estabelecidos os que buscam uma correlação com o conceito de região são os de lugar e território. Isso reflete uma prática que vem sendo utilizada no plano mais geral pelo Governo Federal, quando estabelece as suas escalas de atuação. Atualmente, no plano da ação governamental o conceito de região também vem sendo substituído pelo de lugar ou território, como exemplo, temos os chamados territórios da cidadania, definidos para a implementação de políticas de assistências as populações pobres etc. Seriam esses os dois conceitos capazes de expressar a essência das regiões na atual conjuntura do mundo contemporâneo, frente aos processos da globalização? Acreditamos que não, uma vez que tais conceitos como estão formulados no documento, a partir da matriz conceitual subjetivista e cultural, não possibilitam a leitura objetiva da dimensão material da região.

O período de globalização, segundo Santos (1998), coloca a velocidade contemporânea como fator que tem alterado de forma significativa o espaço geográfico. Para ele,

A aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas também, acrescentou novos itens a história. Junto com uma nova evolução das potências e dos rendimentos, com o uso de novos materiais e de novas formas de energia o domínio mais completo do espectro eletromagnético, a expansão demográfica (a população mundial triplica entre 1650 e 1900, e triplica de novo entre 1900 e 1984), a explosão urbana e a explosão do consumo, o crescimento exponencial do número de objetos e do arsenal de palavras (SANTOS, 1998, p. 30).

Santos (op. cit., p. 37) mostra que “o espaço aparece como um substrato capaz de acolher o novo, porém resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro resiste”. Essa resistência nos faz perceber que embora haja a busca pela homogeneização em massa os espaços estão sendo recriados buscando manter as raízes culturais de uma sociedade.

O referido autor (op. cit., p. 92) coloca que “as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços”.

Para Graça Filho (2009, p. 69), “no processo de mundialização econômica está embutida a interação cultural entre povos distintos. Um dos problemas mais controversos na atualidade é a definição das fronteiras e zonas de confluência entre culturas diversas. [...] Demarcar fronteiras culturais num mundo globalizado implica perceber a formação das identidades nacionais, sua unificação na construção das nações e dos estados”.

Mais que isso “a globalização apropriada do conceito de cultura se faz passar por natural, irremediável e universal, usando seu prestígio e a força irresistível das tecnologias avançadas, que, combinadas com o artifício da divisão, se tornam ainda persuasivas e capazes de paralisar qualquer resistência e reação”. (op. cit., p. 74)

Entretanto, reforça ainda mais noção de região quando coloca que,

A superação das identidades nacionais pela homogeneização cultural é uma visão simplista e desmedida da globalização, pois não se trata de um movimento unilateral, apesar de desigual. Ainda mais, em seu interior, abriga a diferenciação cultural e estabelece uma nova articulação entre o “global” e o “local”, gerando novas identificações locais nesse multiculturalismo que se impõe. (op. cit., p.77)

Nesse caso, o conceito de região se sobressai frente ao processo de manifestação dos fluxos. Por mais contraditório que seja os vetores da globalização não se distribuem de forma igualitária por todo o espaço mundial. A economia global acaba lançando conflitos que tendem a estabelecer fortes desigualdades sociais deixando áreas com total situação de estagnação econômica criando subespaços construídos pelos menos favorecidos. Assim, essa dinâmica corrobora para a produção de espaços dinâmicos e espaços estagnados. Esse desenvolvimento desigual e combinado é um fator que indica a permanência da região. Isso não pode ser omitido pela Geografia Escolar, como se evidencia no PCNEM analisado.

Haesbaert (2010, p. 38), é enfático quando acrescenta que a crescente homogeneização (“Capitalista”, “Globalizadora”) significaria o fim das regiões, já que esta estaria levando à “padronização do próprio espaço geográfico, impedindo ou dificultando o reconhecimento de singularidades ‘regionais’ num mundo cada vez mais unificado pelas redes mercantis de uma sociedade culturalmente mundializada”. No entanto, apesar da região se tratar de um conceito complexo, esse se constituiu em uma importante categoria de análise da Geografia, por isso a mesma não deve ser abandonada, nem simplificada.

No que refere a Geografia Escolar, a permanência da análise regional como conteúdo tradicional deve ser mantida. Isso não significa deixar de se apropriar das outras categorias estruturadoras do seu ensino. O que se necessita é atualizar o arsenal conceitual sobre a região para que se dê conta de entender os processos contemporâneos que caracteriza a globalização. Pensar a globalização se fazendo nos lugares e regiões, com suas contradições e resistências, significa possibilitar ao aluno entender tal resistência tanto no plano cultural quanto no plano material. Afinal, a região é uma particularidade manifesta de sistemas de objetos e ações profundamente marcados pela manifestação desigual do meio técnico- científico- informacional, como nos ensina Santos (1998).

Por fim, o PCN de Geografia para o Ensino Médio não sugere uma proposta de regionalização do espaço brasileiro calcada em um conceito voltado especificadamente para tratar das análises regionais. Essas análises seriam assim realizadas a partir da apropriação de outros conceitos já elaborados, como o conceito de lugar e território, o que só possibilita entender a região a partir da dimensão cultural e identitária. Embora estabeleça como compreensão do espaço geográfico em uma dimensão escalar de análise que articula o local, regional, nacional e o global. Assim, o documento desconsidera a necessidade da permanência dos elementos materiais que compõe a região.

Em suma, pode-se compreender que a lógica capitalista de produção vem se apropriando cada vez mais das relações estabelecidas nas mais diversas áreas do todo espacial. Isso é um fator produtor de diferenciação de áreas que a Geografia Escolar não pode desconsiderar. É compreensível que novas formas de análises sejam lançadas com objetivo de atender as necessidades atuais ou contemporâneas, como assim queiram chamar. No entanto, não devemos esquecer ou simplesmente agir como se não houvesse contribuições passadas que alicerçaram muito bem a ciência geográfica e que ainda tem

muito a contribuir para a compreensão do espaço geográfico em suas múltiplas dimensões e diferenças pelo aluno que estuda Geografia do Brasil no Ensino Médio.

Neste sentido, seria a regionalização baseada nas análises a partir do ponto de vista da lógica capitalista, que leva em consideração a produção desigual e combinada do capitalismo a partir da técnica, da ciência e da informação, a mais próxima a compreender a proposta de regionalização pautada nas dinâmicas do mundo globalizado. Em termos de ilustração dessa regionalização para o território brasileiro destacaria a proposta de regionalização elaborada por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro, que subdivide o território brasileiro em quatro regiões, considerando critérios de cunho técnico, científico e informacional mais as heranças dos meios geográficos anteriores. Por esse critério, o Brasil é regionalizado em quatro grandes regiões: Concentrada, Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o conceito de região enfrente hoje fortes dilemas frente ao mundo globalizado não podemos deixar de considerar a relevância que este possui nas mais diversas áreas de conhecimento geográfico tanto quando se trata desse conhecimento como ciência quanto à disciplina escolar. As análises realizadas e apresentadas no primeiro capítulo mostram que durante muito tempo este foi o principal conceito para estudar a relação do homem com o meio. Em outras palavras, era a partir da noção de região que se fundamenta basicamente os estudos pautados na relação entre o homem e a natureza. A discussão gerada ao longo deste trabalho nos possibilitou a análise e compreensão da complexidade desse conceito, por muito tempo o conceito de região foi o elemento chave para análises de diversos fenômenos nas mais diversas escalas geográficas.

Ao longo da história da Geografia o conceito desenvolveu uma grande amplitude nos estudos regionais, compreendo assim a dinâmica do mundo em suas especificidades. Atualmente os estudos de cunho regional podem possibilitar a compreensão da unidade na diversidade que corresponde à configuração do espaço geográfico com a globalização. Trabalhar o conceito de região é trabalhar a dimensão da totalidade em partes.

O fato do PCNEM não tratar do conceito de região em sua materialização nos mostra que o documento não traz a lógica por completa da dinâmica global. Essa se traduz por aproveitar as diferenciações de áreas, inclusive, até reforçando-as ou criando-as. Por isso, enfatizar esse processo evita a reprodução da ideia da homogeneização por completo do território, contribuindo para a importância das análises geográficas de cunho regional no ensino da Geografia nas escolas.

Naturalizar o discurso de que as regiões se dissolvem frente ao processo da globalização, que visa à homogeneização do espaço, elimina do ensino a problemática as especificidades das áreas e problematização das análises regionais na academia e na escola. Enfim, sabe-se que a globalização não é capaz de homogeneizar o todo espacial, contraditoriamente recria ou cria subespaços repletos de especificidades regionais.

Portanto, mesmo frente à fluidez e velocidade das relações estabelecidas no atual mundo contemporâneo a região não foi ofuscada e os conceitos de região continuam essenciais para a leitura das diferenciações do mundo numa perspectiva geográfica.

Por fim, isso traz prejuízos enormes para a formação dos estudantes, uma vez que se compreende que a região, mesmo com a globalização, não desaparece e se manifesta, muitas vezes, em outras categorias de análise utilizadas pela Geografia. Por outro lado, salienta-se que a Globalização não é capaz de homogeneizar todo o espaço. Ao contrário, ela sobrevive e reforça as diferenciações espaciais, o que torna a região e a regionalização mais que atuais na contemporaneidade.

Sendo assim, cabe aqui ressaltar que mesmo diante da abrangência do efeito globalizante, a região não desaparece, pois além de tudo traz consigo diversas e significativas contribuições até mesmo para o processo de fundamentação do conceito de globalização. E por mais que haja diferentes manifestações quanto a sua relevância e por mais “mortes e ressurreições” que existam da região, como bem coloca Haesbaert, o debate regional e sua análise estarão sempre presente, fazendo assim com que o conceito de região seja cada vez mais alvo de análises frente à contemporaneidade continuando a existir e trazendo cada vez mais contribuições enriquecedoras para as discussões acerca do tema e para a ciência geográfica e para a Geografia Escolar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Adailza Martins, BIGOTTO. José Francisco, VITIELLO. Márcio Abondanza, **Geografia: Sociedade e Cotidiano: Espaço brasileiro**. 7º ano. 4ªed. Escala Educacional. São Paulo – SP, 2012.

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica, da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria, RS: UFSM, 2004.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de Região**. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre - RS, Novembro 1986.

CACETE. Núria Hanglei **REFORMA EDUCACIONAL EM QUESTÃO: Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia e a Formação de professores para a escola básica**. In: ALBUQUERQUE. M. A. Martins de, FERREIRA. J. A de Sousa, **Formação, Pesquisa e Práticas Docentes: Reformas Curriculares em Questão**. João Pessoa – PB: Ed. Mídia, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região: um Conceito complexo** In. **Região e Organização Espacial**. 7º ed. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, P. C. da C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: conceito e temas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49- 73, 2000.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **História, Região & Globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GUIMARÃES, Fábio M. S. **Divisão Regional do Brasil**. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v 3. Nº 2, 1941.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Rio de Janeiro, n. 1, 1999.

_____. **Regional- Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia** – São Paulo: Edusp, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARTINS, Rosa Elisabete M. W. **A Trajetória da Geografia e o seu ensino no século XXI**. In. TONINI. Ivaine Maria *et al*, (Orgs). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. UFRgs , Porto Alegre – RS, 2011.

Ministério da Educação. **Portal do MEC**. Brasil, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> . Acesso em: 11 Out. 2017.

Ministério da Educação. **Ciências humanas e suas tecnologias (Orientações curriculares para o ensino médio)**. Vol. 3, Secretaria de Educação Básica – Brasília, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: Pequena História Crítica**. ed 21. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, A.F. **História do currículo: examinando contribuições e alternativas**. In: **VII Encontro de Didática e Prática de Ensino**. Goiânia. Anais Goiânia: Cegraf-UFG, 1994. ROCHA. Genylton Odilon R. da, **Onde se fala de um modelo de Geografia Escolar que primeiramente foi institucionalizado no currículo escolar brasileiro**. In: ROCHA. Genylton Odilon R. da **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837 – 1942)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Departamento de Supervisão e Currículo. São Paulo: PUC – SP, 1996.

Parâmetros Curriculares Nacionais. **Ensino Fundamental e Médio**. Brasil, 2016.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio**. Brasil, 2000.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. PAGANELLI, Tomoko Lyda. CACETE, Núria Hanglei. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. 3ªed. – São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA. Genylton Odilon R. da, **Onde se fala de um modelo de Geografia Escolar que primeiramente foi institucionalizado no currículo escolar brasileiro**. In: **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837 – 1942)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Departamento de Supervisão e Currículo. São Paulo: PUC – SP, 1996.

_____. **O Currículo Oficial para o ensino de Geografia: As prescrições do Estado brasileiro (1995- 2010)**. In. FARIAS. Paulo Sérgio Cunha, OLIVEIRA. Marlene Macário (Orgs.). **A Formação docente em Geografia: Teorias e Práticas**. Campina Grande – PB: Ed. EDUEFCG, 2014.

RUA, J. WASZKLAVICIUS. F.A. TANNURI. M.R. P, NETO. H.P. **Para Ensinar Geografia: Contribuição para o trabalho com o 1º e 2º grau**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1993.

RIBEIRO, L. A. de M. **Questões Regionais do Brasil**. In: RUA, J; WASZKLAVICIUS, F. A; TANNURI, M. R. P; NETO, H. P. **Para ensinar Geografia. Contribuição para o trabalho com o 1º e 2º grau**. Rio de janeiro: ACCESS, 1993.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: Uma reflexão sobre a prática**. 3º ed. Porto Alegre – RS: Artmed, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica de Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **- Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. Hucitec, 1988.

_____. **-Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **- Espaço e Método**. 5º Ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. MOREIRA, Antonio Flávio. **Territórios Contestados: O currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

SCHUBERT, W. **Curriculum: Pespective, paradigm and possibility**. Macmillan Pub. Comp. Nueva York, 1986 In: SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: Uma reflexão sobre a prática**. 3º ed. Porto Alegre – RS: Artmed, 2000.

TUAN, Yi – Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo, 1983. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: conceito e temas**. 2º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 198- 219, 2000.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **O Ensino de Geografia no Brasil: Uma Perspectiva Histórica**. In: VESENTINI, José William. (Org.) **O Ensino de Geografia no Século XXI**. Campinas – São Paulo: Ed. Papirus, 2004.